

CONV 654/03

NOTA DE ENVIO

de: Secretariado

para: Convenção

Assunto: **"Círculo de Discussão" sobre os recursos próprios**

Junto se envia, à atenção dos membros da Convenção, o quadro de trabalhos do Círculo de Discussão sobre os recursos próprios, definido pelo Praesidium. O círculo será presidido por Iñigo Méndez de Vigo.

Este círculo deveria ter uma composição muito restrita, em função dos conhecimentos específicos exigidos nesta matéria.

Quadro de trabalhos do Círculo de Discussão sobre os recursos próprios

Os recursos próprios são as receitas que financiam o Orçamento da União e que lhe cabem "de pleno direito" (o que explica a designação de "próprios"), no âmbito de um limite máximo anual fixado em termos de percentagem do Produto Nacional Bruto da União. Presentemente, os recursos próprios são quatro:

- os direitos niveladores agrícolas
- os direitos da pauta aduaneira comum
- uma percentagem do montante resultante da aplicação de uma taxa uniforme à matéria colectável do IVA, determinada de acordo com normas comunitárias
- um montante resultante da aplicação de uma taxa a fixar, no âmbito do processo orçamental anual, a uma matéria colectável que representa a soma dos produtos nacionais brutos (calculados de modo uniforme de acordo com normas comunitárias).

Os dois primeiros, que são também os mais antigos, representam actualmente uma percentagem residual do conjunto das receitas da União.

O limite máximo anual das receitas representa os limites do orçamento da União. Embora seja objecto do debate sobre as perspectivas financeiras em cada negociação, é sancionado na decisão sobre os recursos próprios aprovada com base no artigo 269.º do TCE, que estabelece igualmente a repartição entre os diferentes recursos.

Ao reflectir sobre a simplificação do processo orçamental, o Grupo de Trabalho sobre a Simplificação limitou-se a reconhecer o papel preponderante do Conselho no que toca à definição do sistema de recursos da União, a aprovar depois pelos Estados-Membros. O plenário da Convenção não forneceu indicações suplementares. Por este motivo, o Praesidium decidiu apresentar, a título provisório, um projecto de artigo 38.º que reproduz o actual artigo 269.º do TCE:

"O orçamento é integralmente financiado por recursos próprios, sem prejuízo de outras receitas.

O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu, aprova as disposições relativas ao sistema de recursos próprios da Comunidade, cuja adopção recomendará aos Estados-Membros, de acordo com as respectivas normas constitucionais."

Todavia, o Praesidium gostaria de chamar a atenção da Convenção para a complexa problemática subjacente a esta disposição.

Efectivamente, o artigo 269.º do TCE prevê a aprovação por unanimidade das disposições relativas ao sistema de recursos próprios da União. Mas não se trata de disposições obrigatórias, limitando-se o Conselho a recomendar aos Estados-Membros a sua ratificação. Nesta conformidade, pode colocar-se a questão de saber se, tendo em conta o factor "número", este procedimento terá capacidade para garantir, de futuro, a aprovação das medidas necessárias ao financiamento das políticas da União. A este propósito, colocam-se duas questões:

Em primeiro lugar, será possível, numa Europa alargada, assegurar o financiamento da União através de uma decisão que deve ser aprovada por unanimidade? Mas, por outro lado, poder-se-á pôr a hipótese de a União pedir a um Estado-Membro que contribua para o financiamento do orçamento se o seu Governo não tiver aceite previamente as modalidades e o limite máximo desse orçamento?

Em segundo lugar, caso se opte pela unanimidade, será igualmente indispensável manter a exigência de "aprovação pelos Estados-Membros" de cada vez que o sistema de recursos sofra alterações? A este propósito, assinala-se que qualquer alteração processual no sentido de suprimir a necessidade de ratificações nacionais implicaria a criação de uma nova competência da União que teria de ser consignada no Título III da Constituição.

Pode igualmente pôr-se a questão de saber se o procedimento actual permite à União estabelecer outros recursos próprios. Se, por um lado, os dois primeiros recursos acima referidos têm um peso relativo cada vez mais diminuto, alguns dos Convencionais consideram, por outro lado, que os dois

últimos não são verdadeiramente recursos próprios, mas antes contribuições nacionais. Estes Convencionais ¹ gostariam que a União dispusesse de recursos mais autónomos, que poderiam assumir diversas formas. Será que o procedimento previsto actualmente no artigo 269.º do TCE permitirá este tipo de evolução?

O Praesidium considera que o debate deve prosseguir no âmbito de um círculo de discussão restrito, de natureza técnica, que ficaria encarregado de dar resposta às seguintes questões:

- a) No âmbito do procedimento previsto no artigo 269.º, deverá a decisão do Conselho permanecer sujeita à regra da unanimidade? Qual deverá ser o papel do Parlamento Europeu?
- b) No âmbito do procedimento previsto no artigo 269.º, será que se deve manter a exigência de aprovação pelos Estados-Membros de acordo com as respectivas normas constitucionais, ou dever-se-á transformar o financiamento em competência da União?
- c) Será que os actuais recursos próprios respondem às expectativas dos cidadãos em termos de equidade e de transparência?
- d) Será que o actual processo decisório permite alterar substancialmente esses recursos?

¹ Foram apresentados vários contributos nesta matéria.